

A apreensão do empresariado. E um alerta aos políticos.

O empresariado paulista está preocupado com a possibilidade de "princípios populistas" acabarem prevalecendo na nova Constituição. E mais ainda: os empresários estão dispostos a convencer os parlamentares moderados a se unir para derrotar na votação final as teses da "esquerda".

A apreensão dos grandes empresários de São Paulo está esboçada num documento preparado pela diretoria da Federação das Indústrias do Estado — Fiesp — e que deverá ser submetido à análise da classe durante a semana. O documento examina em tom grave o difícil momento econômico e político do País, defende a iniciativa privada e chama a atenção dos parlamentares para a possibilidade de aprovarem "princípios justos" mas incompatíveis com a atualidade brasileira. Mas mesmo criticando a Constituinte, o documento prevê que a nova carta deverá ser um retrato da realidade do País e não de um determinado grupo social.

O documento será mantido em segredo, segundo o presidente da Fiesp, Mário Amato, até que as principais adesões estejam acertadas. No esboço já preparado deverão ser incluídos comentários referentes ao último pronunciamento do presidente Sarney, pedindo apoio político e afirmações envolvendo a aprovação da estabilidade no emprego pela Comissão de Sistematização.

Desde fevereiro os empresários estão preocupados com a Constituinte, na época da grande discussão em torno do regimento interno, quando os políticos não conseguiam se entender. A partir daí, os dados levantados pela Fiesp, pelo IBGE e pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas — Abimaq — mostraram uma quase total paralisação de novos investimentos produtivos. Na opinião do empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar, existe a possibilidade de "sucateamento do parque industrial brasileiro": "A constituinte não deve aprovar princípios que provoquem a paralisação da atividade econômica e

do desenvolvimento tecnológico, como a estabilidade no emprego". E, segundo ele, questões como da dívida externa e gastos públicos já estão sendo equacionadas — "o que realmente nos assusta é a Constituinte".

Mas para o diretor da Fiesp, Rui Martins Altenfelder da Silva, são três os problemas que estão deixando apreensivos os empresários e provocando e paralisação dos investimentos produtivos: a dívida externa, os gastos públicos e a Constituinte. "Os empresários só voltarão a investir quando forem definidos os três vetores", disse.

Mais temeroso, o vice-presidente da Fiesp, Nildo Mazzini, acha que o clima é de total incerteza: "O medo é que a Constituição acabe sendo igual ao meio em que está sendo gerada, com muitos casualismos". Outro vice-presidente da Fiesp, Moreira Ferreira, parece um pouco mais otimista. "O jogo lá é viciado, mas isso é próprio do regime político brasileiro. Estamos desacostumados a fazer política e o afastamento do empresariado desse jogo gerou a impressão de que as coisas estão ruins. Muitos pontos bons para os empresários estão praticamente assegurados, como o primado da livre iniciativa. E apesar da impressão contrária existem avanços no dia-a-dia da Comissão de Sistematização. A Constituinte será o retrato da sociedade brasileira."